



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

**Requerimento de Informação n° 245/2024**

Processo Número: **13913/2024** | Data do Protocolo: 29/05/2024 17:02:57



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3100350030003300310036003A004300, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da Consolidação do Regimento Interno, requero seja oficiado a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, para que forneça as seguintes informações a respeito do Projeto de Concessão Lote Nova Raposo:

**Foi realizado um estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-270) entre o km 46,7 ao 63 e entre o 67 ao 89,7 km? Se sim, disponibilizar o resultado do estudo.**

**Foi realizada a Análise de Custo e Benefício (ACB)? Se sim, disponibilizar o resultado da análise.**

Foi realizado um estudo socioambiental que incluía um plano de reflorestamento e de redução dos impactos ambientais? Se sim, disponibilizar o resultado da análise.

**Existe um estudo de Modelagem Econômica-Financeira.**

**Qual o resultado da análise dos impactos habitacionais, sócio-econômicos e socioambientais, previstos nas regiões afetadas?**

**Como se enquadra o projeto da “Nova Raposo” frente ao plano de mobilidade dos Municípios de São Paulo, Cotia e Vargem Grande Paulista? Favor anexar o plano de mobilidade municipal de cada uma das 03 (três) cidades das junto a resposta.**

## JUSTIFICATIVA

O Projeto Nova Raposo é uma iniciativa do governo do estado de São Paulo que visa a privatização da rodovia Raposo Tavares, ligando as cidades de Cotia e Vargem Grande Paulista à capital. No entanto, esse projeto enfrenta críticas e desafios em várias frentes.

Diante da publicidade dada ao Projeto “Nova Raposo” justifica-se o presente Requerimento de Informação para questionar sobre os impactos políticos, ambientais, habitacionais e sociais do novo projeto.

O primeiro dos problemas é a questão habitacional. A rodovia Raposo Tavares atravessa áreas residenciais, o que pode resultar em desapropriações de casas e terrenos. Essa situação afeta diretamente os moradores que vivem ao longo do trajeto. Além disso, a construção de novos dispositivos viários, como túneis e viadutos, pode impactar negativamente a qualidade de vida dos habitantes próximos à rodovia.

No que diz respeito aos problemas ambientais, a expansão da rodovia implica na duplicação de trechos, o que pode resultar em maior desmatamento e alterações no ecossistema local. Para além, o projeto reforça a ideia de transporte individual, política urbana deixada para trás visto os impactos do consumo de combustíveis fósseis pelos veículos automotores.

Quanto aos problemas políticos, a concessão da Nova Raposo faz parte de um programa mais amplo de privatização de estradas em São Paulo. No entanto, a rodovia





Raposo Tavares ultrapassa os limites do estado, tornando sua concessão mais complexa. Moradores próximos à rodovia reivindicam um debate sobre os impactos da concessão, especialmente nos trechos urbanos, que já enfrentam gargalos de trânsito. Além disso, a implementação de pátios de pedágio também gera preocupações para as pessoas que se utilizam do trecho para deslocamento de trabalho, especialmente os mais vulneráveis socialmente.

**Monica Seixas do Movimento Pretas**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100390036003100380034003A005000

Assinado eletronicamente por **Monica Seixas do Movimento Pretas** em 29/05/2024 16:52

Checksum: **223B2EED9C544DD360EAA74B8402286356A518E14914B8EB7107987348F743FC**



---

Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3100390036003100380034003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.